

# A Geografia na Contemporaneidade

## 2

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

## A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
<a href="#">Ana Carolina Lydia</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
<a href="#">Iapony Rodrigues Galvão</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
<a href="#">Ismael Donizete Cardoso de Moraes</a>	
<a href="#">Vanilton Camilo de Souza</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
<a href="#">Cássia Hack</a>	
<a href="#">Celi Nelza Zülke Taffarel</a>	
<a href="#">Sicleide Gonçalves Queiroz</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
<a href="#">Reinaldo Pacheco dos Santos</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
<a href="#">Fátima Regina Cividini</a>	
<a href="#">Valdir Gregory</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
<a href="#">Romisval Silva dos Santos</a>	
<a href="#">Elane Bastos de Souza</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	



**CAPÍTULO 8 ..... 83**

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821128**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821129**

**CAPÍTULO 10 ..... 109**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211210**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211211**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211212**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211213**

**CAPÍTULO 14 ..... 152**

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211214**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>182</b>
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>193</b>
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>208</b>
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>218</b>
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>249</b>
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>260</b>
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211222</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>269</b>
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>294</b>
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>309</b>
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211226</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>319</b>



## A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

### Reinaldo Pacheco dos Santos

Graduandos do 3º Período do Curso de Licenciatura em Geografia; Universidade de Pernambuco – Petrolina.

**RESUMO:** O presente artigo teve como objetivo abordar sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sua forma de organização e exigências, visando fortalecer o debate sobre os aspectos positivos e negativos da implementação da mesma nas escolas brasileiras. Resultou das discussões travadas na disciplina Prática III do Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade de Pernambuco, visando impulsionar nos licenciandos o espírito crítico e reflexivo sobre as teorias e práticas do ensino de Geografia. O público alvo foram alunos do 3º período da licenciatura, tendo a participação de docentes convidados para arguição. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, onde utilizou-se como embasamento teórico-metodológico a leitura e análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e os resultados foram discutidos a partir da análise do discurso e conteúdo (BARDIN, 2009). Os

resultados indicaram que todo o processo de construção/implementação do documento deu-se em tempo muito curto, sem ter a devida análise e debate pelas correntes educacionais do país. Contudo, compreendeu-se que a BNCC exige um esforço coletivo para de fato ser vivenciada em todas as esferas da educação, requerendo esforço conjunto, investimento por parte do governo, e modificações de hábitos e estruturas por parte das escolas do país.

**PALAVRAS CHAVE:** Prática de ensino; Geografia; BNCC.

**ABSTRACT:** The purpose of this article was to discuss the National Curricular National Base (BNCC), its organizational form and requirements, in order to strengthen the debate about the positive and negative aspects of its implementation in Brazilian schools. It resulted from the discussions held in the discipline Practical III of the Degree in Geography of the University of Pernambuco, aiming to boost us by licensing the critical and reflective spirit about the theories and practices of Geography teaching. The target audience were students of the 3rd period of the degree, with the participation of teachers invited for argument. It is a qualitative, bibliographical and documentary research, where the theoretical and methodological basis was used to read and analyze the National Common Curricular

Base (BNCC, 2017) and the results were discussed from the discourse analysis and content (BARDIN, 2009). The results indicated that the whole process of construction / implementation of the document occurred in a very short time, without having the proper analysis and debate by the educational currents of the country. However, it was understood that BNCC requires a collective effort to actually be experienced in all spheres of education, requiring joint effort, investment by the government, and changes in habits and structures by the country's schools.

**KEY WORDS:** Teaching practice; Geography; BNCC.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Resolução n. 2, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo esta ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

A partir da aprovação da BNCC pelo CNE os currículos da Educação Básica terão como referência à BNCC, devendo ser complementados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino de acordo com suas peculiaridades e, obrigando-se a ser, planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado (BRASIL, 2017).

Partindo desses pressupostos, o presente artigo objetiva discorrer acerca da Base Nacional Comum Curricular, com vistas a apresentar seus objetivos e pontuar suas diretrizes, buscando discutir o que diz o documento oficial e o que dizem alguns pesquisadores com *expertise* no assunto e que têm *know-how* na temática currículo.

Desse modo, inicialmente será feita uma revisão de literatura, buscando fundamentar-se nas principais discussões acerca da temática em curso, e em seguida, se destacará algumas críticas traçadas à implementação da BNCC 2017. Por fim, se fará algumas considerações embasados no que tem sido discutido sobre os pontos positivos e/ou negativos da nova BNCC.

## 2 | BREVE REVISÃO DE LITERATURA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento definidor das aprendizagens indispensáveis que os estudantes precisam desenvolver de forma gradativa durante toda a educação básica. É tida como referência nacional, sendo obrigatória para a organização dos currículos e das propostas pedagógicas da educação brasileira.

A intenção é que a partir da BNCC seja proporcionado aos estudantes uma formação humana integral, visando a construção de uma sociedade onde tenha justiça, democracia e inclusão. Corroborando, Payre e Pollet (2010) entendem que a BNCC é uma política pública de Estado e, nestes moldes, é uma ação pública que se configura nas interações entre atores locais e nacionais, centrais e periféricos,

públicos e privados.

A BNCC é um documento que está fundamentado em muitos outros, tais como: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação. Portanto, é afirmativo de que se trata de um documento de grande relevância à educação nacional.

De acordo com o documento oficial recentemente aprovado, desde 2015 que a BNCC vem sendo debatida objetivando a construção coletiva, onde seu processo de elaboração se deu por etapas, sendo que, na primeira etapa (em 2016) ocorreu um estudo dos currículos existentes, e para tal, foi disponibilizada para consulta pública tendo cerca de 12 (doze) milhões de contribuições. Para a segunda etapa, ainda no ano de 2016, ocorreram os seminários em diversos estados organizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), totalizando cerca de 27 seminários estaduais e mais de 9 (nove) milhões de sugestões (SAE DIGITAL, 2018).

Já em 2017, a BNCC foi colocada à disposição para emissão de análise, sugestões, críticas e contribuições de professores, especialistas em educação e associações científicas. Por fim, ainda no mesmo ano o documento foi disponibilizado para Aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

É pertinente que se diga que a BNCC não é uma referência obrigatória embasadora na construção do ensino, mas não é um currículo. O seu papel principal é fundamentar uma reformulação nos currículos da educação básica, traçando os objetivos e metas que se quer atingir a partir do ensinado-aprendido, contudo, não traça caminhos, já que isso quem o faz são os currículos. Contudo, tanto a BNCC quanto os currículos têm papéis complementares (BNCC, 2017).

O quem tem sido propagado é que com a nova BNCC apenas tem buscado estabelecer o que é crucial que os estudantes aprendam mediante a realidade imposta no século XXI, onde o MEC se propõe a garantir aos docentes formação continuada para que estes possam nortear sua prática, deixando esclarecido que não há interferência nos métodos e técnicas que o docente escolher utilizar, tendo assim autonomia e liberdade de escolha didático-metodológico.

## **2.1 A BNCC e o ensino infantil**

Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201025, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que houve o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 (seis) anos de idade, tornando-se, dever do Estado. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, a Educação Infantil passou a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a

partir da alteração introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 (seis) anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 (cinco) anos (BNCC, 2017, p. 33).

Porém, de acordo com a BNCC (2017):

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (BNCC, 2017, p. 34).

Neste sentido, com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica. E, como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional, sendo que, a entrada da criança na creche ou na pré-escola significa, proporcionar à criança situações de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. A BNCC (2017) nos chama atenção para as formas de acolhimento das crianças nestes espaços escolares.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BNCC, 2017, p. 34).

Corroborando com a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009) em seus eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica, destaca que são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

Sendo assim, a BNCC estruturou 06 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguradas a Educação Infantil, mediante práticas pedagógicas e competências gerais da Educação Básica, proporcionando às crianças condições para que aprendam e possam desempenhar um papel ativo em ambientes desafiadores, onde possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Dentre os direitos de aprendizagem, descritos na BNCC (2017), tem-se:

**Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito

em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas; **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais; **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, vem suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia; **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BNCC, 2017, p. 37).

Por fim, cabe ao educador refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens.

No que diz respeito, aos campos de experiências, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC (2017) está estruturada em cinco campos, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos foram organizados da seguinte maneira:

- a. **O eu, o outro e o nós** na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que “as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas” (p. 38).
- b. **Corpo, gestos e movimentos** “na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão” (p. 39).
- c. **Traços, sons, cores e formas** a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a “favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades” [...] (p. 39).
- d. **Escuta, fala, pensamento e imaginação** na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais “as crianças possam falar e ouvir,

potencializando sua participação na cultura oral” [...] podendo “a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social” (p. 40).

- e. **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações** a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais “as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno [...] buscar respostas às suas curiosidades e indagações” (p. 41).

Cada campo de experiência destacado, possui seus respectivos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, estando estes sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária (Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), (Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e, (Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), que correspondem, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças.

Por último a criança adentra a fase de transição, fase esta, bastante delicada, tendo em vista que, a transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, “garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa” (BNCC, 2017, p. 51).

## 2.2 A BNCC e o ensino fundamental (anos iniciais e finais)

O Ensino Fundamental (anos finais), com 9 (nove) anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), chama atenção para as mudanças (relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros) sofridas pelos estudantes e, impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização.

A BNCC do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil, já que as características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa (BNCC, 2017). Segundo a BNCC (2017, p. 57):

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.



Além disso, é indispensável que na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas para estas series, se considerem medidas que assegurem aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas.

Contudo, no mesmo documento, é descrito que:

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes (BNCC, 2017, p. 58).

Mediante tal afirmação, é de extrema valia fortalecer a autonomia desses adolescentes, ofertando-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. Além disso, é relevante compreender que as mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, demandando práticas escolares diferenciadas.

Outrossim, a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas, e toda essa realidade impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações, considerando que os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil.

Nesse sentido, a BNCC traz à tona a ideia de que:

É imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BNCC, 2017, p.60).

Deste modo, é no Ensino Fundamental – Anos Finais, que a escola deve contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, estabelecendo uma articulação entre os anseios desses jovens em relação ao seu futuro e a continuidade dos estudos no Ensino Médio, isto é, essa postura é parte de um processo de reflexão sobre o futuro da juventude, o planejamento de ações para construir tal futuro, e a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social de cada jovem estudante.

*Geografia.*

A área de Ciências Humanas deve propiciar aos estudantes a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais, visando desenvolver suas competências específicas.

Especificamente na Geografia, é importante o seu estudo visto que trará ao estudante “a compreensão do mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta” (BNCC, 2017, p. 357).

Outrossim, a educação geográfica contribuirá para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BNCC, 2017).

Sendo assim, a grande contribuição da Geografia aos estudantes da Educação Básica é primordialmente desenvolver o pensamento espacial, propiciando o estímulo ao raciocínio geográfico, buscando o aprendizado na representação e interpretação do mundo, bem como, relacionar os diversos componentes da sociedade e da natureza.

É nesta perspectiva que a BNCC traz os princípios concernentes ao raciocínio geográfico, mediante o quadro a seguir:

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
<b>Analogia</b>	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
<b>Conexão</b>	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
<b>Diferenciação*</b>	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
<b>Distribuição</b>	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
<b>Extensão</b>	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
<b>Localização</b>	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
<b>Ordem**</b>	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Quadro 1 - Descrição dos Princípios do Raciocínio Geográfico

Fonte: BNCC (2017, p. 358)

Além disso, a BNCC traz como organização, os principais conceitos da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade, deixando claro que, embora o espaço seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é crucial que os estudantes dominem outros conceitos que expressam aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem.

Para dar conta desse desafio, o componente Geografia da BNCC foi dividido em **cinco unidades temáticas** comuns ao longo do Ensino Fundamental, em uma progressão das habilidades:

1. **O sujeito e seu lugar no mundo**, “que se focalizam as noções de pertencimento e identidade” (p. 360);
2. **Conexões e escalas**, “que está na articulação de diferentes espaços escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global” (p. 360);
3. **Mundo do trabalho**, “abordam-se, os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos” (p. 361);
4. **Formas de representação e pensamento espacial**, “além da ampliação

gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico” (p. 361);

5. **Natureza, ambientes e qualidade de vida**, “busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra” (p. 362).

Desse modo, o estudo da Geografia atribui sentidos às dinâmicas das relações entre pessoas e grupos sociais, e desses com a natureza, nas atividades de trabalho e lazer. Portanto, é importante, na faixa etária associada a essa fase do Ensino Fundamental, o desenvolvimento da capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações, capacitando os estudantes no desenvolvimento da percepção e do domínio do espaço.

### 3 | ALGUMAS CRÍTICAS À BNCC

É de conhecimento de todos que a BNCC 2017 foi pensada, elaborada e aprovada em um curto período de tempo se levarmos em consideração a complexidade que é construir um documento com tamanha missão e objetividade.

Desse modo, várias são as críticas feitas por professores, especialistas e pesquisadores no que tange a implementação da BNCC atual. Na concepção de Silva, Alves Neto; Vicente (2015, p. 340), “o documento de 2015 tem causado bastante curiosidade e inquietação, justamente, pela rapidez da composição da equipe e dos prazos para que entregassem algo para o debate nacional”.

O documento aprovado está carimbado como sendo elaborado a partir de uma consulta pública e com a contribuição de milhares de pessoas. Porém, a de se lembrar que para ser democrático e ter equidade e eficácia, não basta apenas que seja compartilhada a construção, mas que acima de tudo seja respeitada as discrepâncias entre as regiões, entre as realidades regionais e também, estabelecer comparação entre o que já se tem construído e o que se quer construir.

Na concepção de Silva; Alves Neto; Vicente (2015) é possível apontar algumas discontinuidades entre o documento de 2014 com a atual proposta, que é a de 2015. “O documento de 2014 tratou dos direitos da aprendizagem, demarcando que isso seria uma mudança de foco para elaborar a Base Nacional Comum, partindo dos sujeitos que estão nas escolas” (p. 340). Nesse sentido, se analisou os percursos formativos dentro dos níveis e modalidades da educação, enfatizando a questão das desigualdades sociais e apontando a educação como dinamizadora de ciclos que modifiquem os rumos dessa reprodução social e econômica desigual.

Além disso, os mesmos autores discorrem que o documento de 2014 elenca 14 direitos de aprendizagem, “onde as áreas e os componentes curriculares de cada área escreveram suas propostas, indicando alguns conteúdos e conhecimentos gerais que ajudariam a concretizar os 14 direitos estabelecidos na Base”. (SILVA; ALVES NETO;

VICENTE, 2015, p. 340).

De acordo com o documento oficial da BNCC:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC (BNCC, 2017, p.19).

Desse modo, o documento faz menção à indispensável revisão da formação inicial e continuada dos professores “para alinhá-las à BNCC”. No entanto, é questionável se apenas em 2017 é que a União/MEC compreende a relevância da formação inicial e continuada teoricamente, o que não pratica tem sido dicotômico, pois o que se tem visto é o aumento da carga horária de trabalho, a desigualdade entre os setores da educação, o aumento de burocracias e, a desvalorização salarial dos professores.

Outrossim, o novo documento acrescenta que o MEC será enfático em atingir os objetivos e sucesso na implementação da BNCC, pois:

Além do apoio técnico e financeiro, deve incluir também o fomento a inovações e a disseminação de casos de sucesso; o apoio a experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países; e, ainda, o fomento de estudos e pesquisas sobre currículos e temas afins (BNCC, 2017, p. 19).

Não obstante, na prática não é isso que o MEC tem demonstrado fazer. O que realmente se observa é um acréscimo no corte das verbas para os programas educacionais de maneira geral. Não é possível vislumbrar nenhuma valorização no âmbito das pesquisas educacionais, no investimento em intercâmbios, fomentos a capacitação em nível de mestrado e doutorado para os professores.

Outra questão que se discute na proposta da BNCC de 2015, é que esta estaria sublinhada pelo sentido da homogeneização da Educação Básica (MACEDO, 2014) “e de uma desvalorização à diversidade de experiências e sentidos dos currículos sem definição prévia de fundamentos baseados em supostos ‘consensos’ de conhecimentos necessários à qualidade da educação” (LOPES, 2015, p. 459).

#### 4 | MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2010) um artigo científico é um tipo de estudo completo que trata em essência de uma questão científica. Caracteriza-se por apresentar uma dimensão reduzida, contudo bem formulada e contundente na fundamentação teórico-metodológica.

Partindo deste pressuposto, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois envolve a observação intensiva e detalhada do que acontece no ambiente, fazendo interpretação e análise de informações utilizando descrições e narrativas.

Ela pode ser também considerada uma pesquisa bibliográfica, pois procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em documentos, e “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55).

Ademais, pode ser classificada também como uma pesquisa documental, pois fez-se uma observação geral, onde analisou-se criticamente o documento – Base Nacional Comum Curricular –.

É indispensável ressaltar que a pesquisa em tese ocorreu mediante uma proposta da disciplina Prática III desenvolvida no 3º período do Curso de Licenciatura em Geografia. O presente artigo faz parte dos resultados obtidos a partir do desenvolvimento do trabalho, onde este, foi desenvolvido a partir de distintas fases, a saber:

**1ª etapa (25/04):** a) divisão de grupos de trabalho; b) designação da proposta de atividade pela docente (para a apresentação de seminário e construção deste artigo); c) sugestão de temas para cada grupo. O tema deste grupo foi Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a partir desta designação, e por sugestão da docente da disciplina, foi convidado um docente com *expertise* no assunto para debater com a equipe.

**2ª etapa (26/04):** nesta etapa, cada membro do grupo de trabalho buscou pesquisar em materiais consistentes sobre o assunto que viesse a fundamentar o seminário e o referido artigo. Nessa etapa construiu-se a revisão de literatura sobre a BNCC e seus respectivos objetivos e disposições gerais, tanto no ensino fundamental I, quanto no ensino fundamental II.

**3ª etapa (29/05):** nesta etapa, organizou-se o seminário a partir da leitura da BNCC e demais artigos pertinentes ao tema, buscando a elaboração traçar os caminhos da apresentação no dia do seminário, além da construção coletiva dos questionamentos que deverão ser feitos ao professor convidado e presentes, no dia da exposição.

**4ª etapa (27/06):** realização do seminário pela equipe. O seminário teve a participação do prof. Edimilson (especialista em Geografia) que abordou sobre o tema em tese. Ao tempo em que respondeu as indagações elaboradas pela equipe visando o esclarecimento e superação de todas as dúvidas em relação ao assunto.

**5ª etapa (28/06):** finalização da construção final do artigo (parte do resultados e discussões).

Com base nisso, o delineamento do estudo se deu a partir da sugestão da docente que requereu o trabalho, bem como, os sujeitos participantes do estudo são os próprios alunos do curso de licenciatura em Geografia (3º período). Por fim, os procedimentos específicos, foram descritos por meio das etapas acima e, a análise dos dados propriamente dita (discurso/conteúdo) será feita com base da Teoria do Discurso e Conteúdo de Bardin, já que “nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o



próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante” (BARDIN, 2009, p.123).

## 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um artigo uma das partes mais relevantes trata-se dos resultados e discussões, e estes, tem a finalidade de discutir, confirmar ou negar hipóteses e expor os resultados de forma clara, detalhada e racional. A apresentação dos resultados é muito importante, pois irá nortear toda a elaboração da discussão.

Desse modo, na discussão, é relevante interpretar todos os resultados alcançados de modo argumentativo, sustentando a validade de tais dados mediante fundamentação e mostrando a relação de suas conclusões com o conhecimento fundamentado pela literatura escolhida (VOLPATO, 2007; FRANÇA, VASCONCELOS, 2008).

Mediante tal premissa, e embasado no documento analisado, nos artigos lidos e nos resultados da apresentação do seminário, pôde-se chegar a alguns resultados/discussões.

Na apresentação inicial do Seminário elaborado pela equipe, foram abordados os seguintes assuntos: definição de BNCC, documentos que fundamentam a BNCC, trajetória cronológica da BNCC, a BNCC e o Ensino Infantil e Fundamental, as ciências humanas dentro da BNCC e a Geografia como componente curricular, além de algumas críticas à BNCC. O professor convidado fez sua explanação e comentários, baseado em três notas (N) geográficas: N1 “A educação e o ensino de Geografia: configuração espacial e temporal geográfica na visão do currículo educacional”; N2 “O ensino de Geografia e a Educação Básica: a Geografia enquanto desafio para a conjuntura atual para formação do sujeito e função da escola”; N3 “O ensino de Geografia e o Ensino Médio: entre avanços e retrocessos na reconstrução do conhecimento da educação básica”.

Trouxe ao debate a história do pensamento e todo o contexto da Geografia durante séculos de história, da educação positivista baseada nos pressupostos do francês Comte (século XVIII) e de Durkheim (com críticas a Comte), e também da relação teoria e prática fundamentada na Pedagogia da Práxis do sujeito.

A partir dessa premissa, foi relevante destacar o que a BNCC traz de inovador para a educação do Brasil. Dentre alguns pontos destaca-se a revisão e adequação de currículos, projetos pedagógicos, planos de aula e demais documentos normativos das redes e instituições de ensino; exige a atualização de materiais e recursos didáticos pelas instituições, redes e sistemas de ensino; altera o formato das avaliações internas e externas; exige grande esforço e investimento tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos professores; empodera os professores de forma que, além de participar da construção dos documentos norteadores, eles

também estejam capacitados para definir as melhores formas de desenvolver a prática pedagógica; coloca a tecnologia na posição de aliada da educação, destacando a importância do seu uso para modernizar práticas de ensino e aprendizagem e gerando empatia com os alunos das novas gerações; eleva o estudante à posição de protagonista no processo de aprendizagem; destaca o conceito da educação integral, em que todo aprendizado deve ser significativo e não um conteúdo fechado em si; e valoriza o trabalho interdisciplinar e prioriza a aplicabilidade do conhecimento na vida cotidiana, dialogando com a realidade dos estudantes (BNCC, 2017).

Com base em tal prerrogativa, pôde-se afirmar que é crucial para o ensino de Geografia, a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em que os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. Ao utilizar corretamente os conceitos geográficos, mobilizando o pensamento espacial e aplicando procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas, os alunos podem reconhecer: “a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais” (BNCC, 2017, p. 359).

Portanto, conclui-se que é fundante superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia (geografia descritiva), cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações, que permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica (BNCC, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC se relaciona diretamente com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), com os Currículos Estaduais, Municipais e o com Projeto Político Pedagógico das escolas.

Pôde-se compreender que a criação de uma BNCC para a Educação Básica está prevista desde 1988, a partir da promulgação da Constituição Cidadã. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçou a sua necessidade, mas somente em 2014 a criação da Base Nacional Comum Curricular foi definida como meta pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Ademais, há uma emergência para que as equipes pedagógicas possam trabalhar na reestruturação dos seus currículos, tomando como norte os preceitos estabelecidos na BNCC e trabalhando as possibilidades da parte diversificada. Trata-se obviamente de um projeto extremamente ambicioso, que demanda uma mobilização e um investimento massivo dos governos federal, estaduais, municipais e de redes, sistemas e instituições de ensino ao longo dos próximos anos. Por fim, um dos maiores

desafios é reduzir as desigualdades e elevar a qualidade da educação para todos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009. BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816>>. Acesso em: 10 maio, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica, 2017. 470p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79\\_601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79_601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 maio, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=63\\_24-pceb011-10&category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=63_24-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

LOPES, A.C. **Por um currículo sem fundamentos**. Revista Linhas Críticas: V. 21, N. 45, 2015, p. 445-466.

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. Revista e-Curriculum, V. 12, N. 3, 2014, p.1530-1555.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PAYRE, R.; POLLET, G. Approches socio-historiques. In: L. BOUSSAGUET et al. (orgs.), **Dictionnaire des politiques publiques**. 3ª ed., Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p. 98-106.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes; VICENTE, Daniel Vitor. **A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015**. Revista de Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, setembro/dezembro 2015, p. 330-342,. Disponível em: <[revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/download/cs.2015.../5052](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/cs.2015.../5052)>. Acesso em: 10 maio, 2018.

VIANELLO, Luciana; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; GAMA, Ana Cristina Cortes. **Estratégias implementadas para enfrentar as exigências de sala de aula: o caso das professoras readaptadas por disfonia**. *Distúrb. Comun*, São Paulo, v.20, n.2, p.163-170, agosto, 2008.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Como escrever um artigo científico**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, v. 4, p.97-115, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Dicas para redação científica**. *Tropical Plant Pathology*, v. 33 (Suplemento), agosto, p.83-85, 2008.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-019-3

